

RUP TURA

159

SETEMBRO
OUTUBRO

2021
2€ | 3€ apoio

revista política do MAS

VOTA
MAS

O MAS apresenta-se
às autárquicas



Ceci n'est pas un bazooka
(Isto não é uma bazuca)

**UM VERDADEIRO PRR SERIA A
TRANSFORMAÇÃO PRODUTIVA,
EMPREGO COM DIREITOS E A
SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

Editorial: O imaginário de Costa. Resistência dos bancários. A situação brasileira. A derrota do imperialismo no Afeganistão. O combate antifascista.

159

RUP TURA

sem comentários

sumário

CAPA

4 Plano de Recuperação e Resiliência
O que é?

NACIONAL

7 Ninguém é ilegal, ilegais são as vossas fortunas
Trabalhadores imigrantes agrícolas

8 Despedimentos na banca
A pandemia bancária

AUTÁRQUICAS

10 Ninguém é ilegal, ilegais são as vossas fortunas

ANTIFASCISMO

12 Não há antifascismo sem combater as políticas do governo

14 Conhecer um pouco da comunidade cigana para juntar esforços contra a opressão

INTERNACIONAL

16 A dura derrota do imperialismo norte-americano no Afeganistão

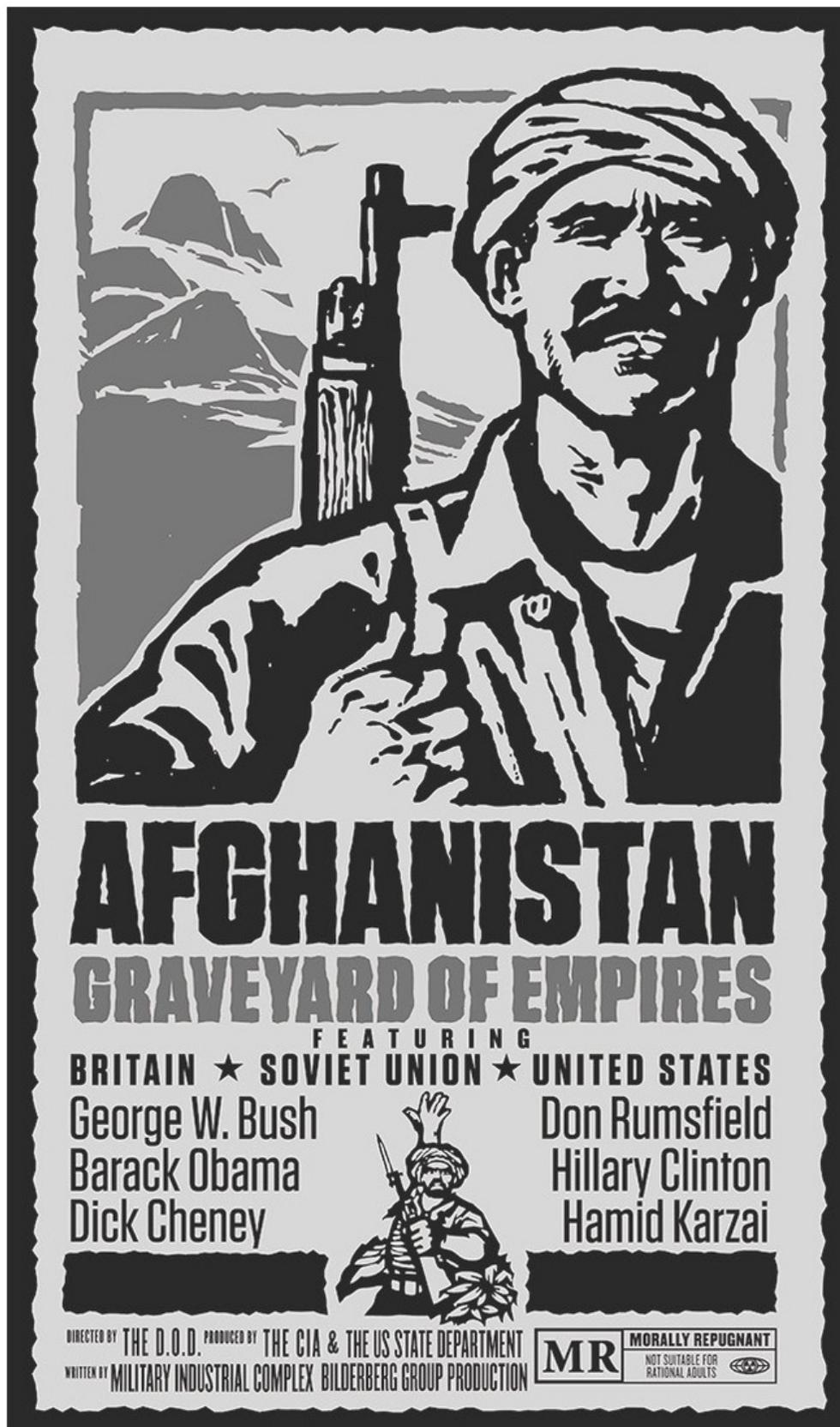
18 Os desafios da situação brasileira

FEMINISMO

19 #Meeto: é preciso elevar o caso pessoal ao combate da opressão estrutural da mulher

AMBIENTE

20 Não às minas, sim à vida!
Lítio não é a solução.



ÓRGÃO OFICIAL DO
MOVIMENTO ALTERNATIVA
SOCIALISTA (MAS)

www.mas.org.pt

REVISTA RUPTURA
Proprietário: Gil Garcia
Diretor: João Pascoal
Redação: Núcleo do Jornal e Comunicação
Editor Gráfico: Daniel Pereira
Capa: Daniel Pereira

COLABORAM NESTE NÚMERO
Daniel Pereira, Flávio Ferreira, João Pascoal, Nuno Geraldes, Pedro Castro, Renata Cambra, UIT

SEDES DO MAS
Lisboa:
Rua António Pereira Carrilho, 5. 2º
Coimbra:
Rua Fernandes Tomaz, nº 69
Braga:
Alameda de Fujacal, lj. 39

CONTACTO
revistaruptura@mas.org.pt

Nº ICS: 124814
Tiragem: 300 exemplares

Impressão: Tipografia Lobão
R. Qta. do Gato Bravo, nº 5
Feijó
2810 - 069 Almada

O imaginário de Costa e a realidade do país

Em entrevista ao Expresso, a 21 de Agosto de 2021, António Costa afirma que está a viver “*tempos empolgantes para a governação*”. Com 80% da população completamente vacinada; com os milhares de milhões de euros a chegar da União Europeia (UE); com PCP, BE e PAN apurados para as negociações do OE2022; e com as sondagens a apontarem para mais uma vitória em eleições autárquicas, os ventos correm de feição ao Governo PS.

Após 6 anos de governação minoritária, Costa continua a ter espaço para definir o ritmo, a forma e o conteúdo da narrativa: estamos próximo de virar a página da pandemia, “a economia resistiu como nem os mais otimistas dos otimistas podiam imaginar”, estando a preparar-se não só para “recuperar e reconstruir”, como para “transformar estruturalmente o nosso país”, tudo isto sem qualquer remodelação no Governo.

Até parece que já superámos todas as fracturas que a pandemia deixou expostas: serviços públicos descapitalizados; crise habitacional; transportes públicos insuficientes; pobreza, desigualdade, discriminação, precariedade e baixos salários à conta de uma economia dependente do turismo e da especulação imobiliária; crise ambiental, tudo problemas que afectam sobretudo a juventude, as mulheres e as pessoas racializadas.

Isto sem contar com os problemas que a pandemia veio acrescentar: mais 71 mil desempregados que em Julho de 2019 (de um total actual de 369 mil desempregados), muitos dos quais provenientes de despedimentos em grandes empresas como a TAP, Groundforce, Altice, MEO, Efacec, Santander, BCP, etc; problemas de saúde associados à menor assistência aos doentes não-COVID-19 e os graves problemas de saúde mental que atravessamos; assim como a acrescida pressão para a desregulação laboral.

Sem oposição, a governação de António Costa parece um passeio no parque. A oposição serve para questionar, exigir, colocar em causa a actuação de quem governa e construir alternativas políticas e de governo. No entanto, parece que vivemos no país das maravilhas de António Costa.

A direita tradicional não tem liderança, não tem programa, não tem alternativa. Mais medida menos medida, parece não ter uma proposta diametralmente diferente do PS, que vai satisfazendo as exigências das classes dominantes. Como resultado, PSD e CDS-PP adoptam a tática da extrema-direita: muito ruído para desviar as atenções da sua incapacidade política.

Mais grave, é BE, PCP e PAN contentarem-se com as promessas dos sucessivos OE, mesmo que muitas delas sejam alvo de cativações ou fiquem por cumprir. Sim, a requeitada diminuição do IRS que é agora novamente proposta, foi uma

promessa já em 2016, assim como o urgente investimento nos serviços públicos se mantém cativo.

BE e PCP abandonaram a disputa de uma visão estratégica alternativa para o país como forma de manter o Governo PS em funções e a direita afastada do poder. O problema está no facto de o PS defender precisamente os mesmos interesses que a direita. Os últimos anos não foram excepção: serviços públicos em destruição, salários estagnados, precariedade generalizada, tudo em função do turismo e da especulação imobiliária. As poucas cedências arrancadas ao Governo PS provêm do receio que este tem de que as mobilizações populares do tempo da Troika voltem a recrudescer.

A esquerda parlamentar contenta-se em propor ajustes às medidas quotidianas do Governo PS, mesmo que este seja uma mera extensão dos senhores da UE. A estabilidade do regime das elites corruptas mantém-se, mas não surge qualquer projecto alternativo à esquerda. Sacrifica-se o futuro pelo presente, abrindo-se espaço à tirania e barbaridade da extrema-direita, que se apresenta demagogicamente como a suposta “oposição”.

Precisamos urgentemente de uma alternativa à esquerda que lute pela transformação estrutural de que o país precisa. Que transformação estrutural é essa? Não será a de imprimir dinheiro para alimentar a especulação dos mercados, com certeza. A pandemia ajuda-nos a compreender duas ideias fundamentais da nossa época: o sistema capitalista é responsável pela destruição acelerada do planeta; e os sectores estratégicos e os serviços essenciais devem estar nas mãos do Estado, ao serviço do interesse público.

Desta forma, exige-se um programa de revolução social e económica, à escala nacional e europeia, assente na mobilização do povo, que proponha uma transformação da estrutura produtiva do país, em total respeito pelo meio ambiente. É preciso privilegiar uma política industrial com vista à substituição de importações e promoção de exportações, articulada com uma política de criação de emprego com direitos e salários dignos, em detrimento da actual especialização no sector do turismo e especulação imobiliária.

Esta transformação só é possível através da nacionalização da banca e dos sectores estratégicos, assim como através da implementação do controlo de capitais como forma de direccionar o investimento para os sectores produtivos. Com tanto dinheiro público injectado na banca privada, está na altura de o tornarmos finalmente produtivo.

Este plano é o único caminho para a nossa economia se tornar socialmente digna, ambientalmente sustentável e tecnologicamente avançada.

MAS APRESENTA-SE ÀS AUTÁRQUICAS



A pandemia destapou muitos dos problemas sociais que todos sofremos: sistema produtivo dependente do turismo, da especulação imobiliária e dos serviços, sectores pouco produtivos de mão-de-obra indiferenciada, precária e mal paga; serviços públicos descapitalizados, transportes insuficientes e profundos problemas habitacionais. Estes problemas são ainda mais graves entre as mulheres, os idosos e a população imigrante ou descendente de imigrantes, nas zonas periféricas das grandes cidades.

O PS tem sido parte do problema, no governo central e nas autarquias. Somos dos países europeus com menos investimento público, nos últimos anos. Este dinheiro público tem sido canalizado para tapar os buracos financeiros da banca privada. A “bazuca” europeia irá despejar dinheiro no país, mas sem um plano de transformação produtiva, o resultado será sobretudo a manutenção da especulação financeira.

PSD e CDS-PP, desesperados, vão cultivando a polarização social, abrindo espaço à extrema-direita, normalizando o discurso de ódio, racista e xenófobo. PSD e CDS-PP estão ansiosos para chegar ao poder e voltarem a ter acesso aos recursos públicos com os quais sustentam os seus partidos e clientelas políticas. Nem que para isso tenham de recorrer a vergonhosos candidatos racistas que fazem do discurso de ódio a sua carreira. A oportunista candidatura de Suzana Garcia, por parte de uma ampla coligação da direita, encabeçada por PSD/CDS-PP, à Câmara Municipal da Amadora, é disso exemplo.

Enquanto isso, BE e PCP vão mantendo a política dupla que nos têm habituado nos últimos anos. Ora estão com o Governo PS, ora exercitam a retórica de oposição. A Geringonça sofreu alterações, mas não foi extinta. A geometria da conciliação apenas se tornou mais variável. O PS prefere parceiros reservados e confiáveis, pelo que o PCP granjeou a “honra” da parceria. O BE, ao prever os efeitos da crise, aproveitou para se distanciar do Governo, retomando as exigências que abandonou durante 5 anos, mas sem nunca recusar um regresso aos acordos com o PS. Para a esquerda parlamentar tudo serve para manter a contestação social em níveis mínimos e de preferência sob o seu controlo, permitindo que o PS vá governando.

Afinal, a Geringonça trouxe o reforço eleitoral do PS, mas não o do BE e PCP, pelo que nenhum destes dois tem grande interesse em mobilizações que, eventualmente, pudessem provocar eleições antecipadas. Sem projecto, além do eleitoralismo, BE e PCP limitam-se a servir de ponto de apoio à gestão do PS. Esta é a única forma de evitar o regresso da direita ao poder, dizem-nos. O resultado conjugado de todos estes factores tem sido precisamente o crescimento da extrema-direita.

Sem oposição à esquerda, o Governo PS mantém um relativo prestígio, pelo que se prepara para conseguir renovar os resultados autárquicos de 2017.

O MAS candidata-se às câmaras municipais da Amadora, Barcelos e Coimbra, como oposição de esquerda à governação do PS e às candidaturas racistas e xenófobas da extrema-direita e do PSD/CDS-PP. Como forma de fortalecer candidaturas à esquerda, independentes do PS, entrámos em contacto com outras forças políticas de esquerda, tanto em Barcelos como na Amadora, que acabaram por declinar a nossa proposta. Apenas em Coimbra foi possível manter o bom exemplo de convergência à esquerda, com o independentes, BE, Livre e activistas, independente do PS, através da plataforma Cidadãos Por Coimbra (CPC), da qual o MAS também faz parte desde 2013.

A nossa proposta política tem o objectivo de responder à crise social que a pandemia vai gestando, através de uma transformação produtiva do país e do combate aos poderes instalados, na qual as autarquias devem activamente participar, como forma de alcançarmos um sistema social humanamente digno, ambientalmente sustentável e tecnologicamente avançado.

VOTA
MAS

AMADORA SER SOLIDÁRIO

A Amadora é uma das autarquias com maior densidade populacional. Aqui vive muita da força de trabalho que constrói, limpa e mantém a cidade de Lisboa a funcionar.

A Amadora é uma autarquia com muitos problemas sociais ligados à pobreza, desemprego ou emprego precário e mal pagos.

A Amadora é das cidades onde o preço das casas mais tem subido. Muitas e muitos trabalhadores têm de sair da Amadora para locais mais distantes da cidade de Lisboa, em busca de habitação mais acessível.

A direita e extrema-direita tem como resposta aos problemas sociais a estigmatização e policiamento destas populações, como forma de nos dividir e conquistar o poder.

A pobreza e a opressão não se combatem com policiamento, mas sim com o pleno reconhecimento de direitos, criação de emprego, salários dignos e investimento nos serviços públicos.

AMADORA

SER SOLIDÁRIO

HABITAÇÃO PARA TODOS
FIM DA ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA.

JUSTIÇA CLIMÁTICA E SOCIAL
MAIS E MELHORES TRANSPORTES PÚBLICOS.

DIREITOS E SOLIDARIEDADE
PARA COMBATER A DESIGUALDADE E OPRESSÃO.



Gil Garcia
Cabeça de lista à Câmara Municipal

VOTA



Movimento Alternativa Socialista

BARCELOS

**CONNOSCO OS PODEROSOS
NÃO VÃO CANTAR DE GALO**

VOTA  Movimento Alternativa Socialista



BARCELOS: CONNOSCO OS PODEROSOS NÃO VÃO CANTAR DE GALO

Em Barcelos, o PSD, em 2005, entregou por 30 anos a gestão da água uma empresa, que resultou numa dívida actual de 172 milhões de euros, ou seja, levaram a água e afogaram os barcelenses em dívidas

Enquanto isso, o novo hospital continua a servir apenas para festa durante as campanhas eleitorais, aquela dívida daria para pagar três e um terço da população continua sem acesso a saneamento em pleno século XXI.

A violência sobre a mulher continua a matar. Só em 2020, 32 mulheres perderam a vida, vítimas de violência doméstica. O concelho de Barcelos não foge à regra nacional e as mulheres continuam a ser exploradas. Os seus trabalhos são os mais mal remunerados, os mais precários e com menores direitos laborais.

O MAS estará na linha da frente contra estas injustiças.

ESQUERDA UNIDA EM COIMBRA PELA DEMOCRACIA E DIREITOS

Em Coimbra o MAS apoia, integra e participa, desde há 8 anos, na plataforma Cidadãos por Coimbra.

Este ano com o crescimento da extrema-direita e a recandidatura do actual executivo do PS mais premente se torna esta unidade, que deveria e poderia ter acontecido em mais municípios do país, mas BE e PCP preferem contar votos entre si para ver quem mais apoia o governo PS, do que impedir a chegada aos executivos municipais da extrema-direita e a continuidade do conluio e da corrupção económica com os interesses privados capitalistas. Deixando as populações sem uma alternativa de governação à esquerda.

O MAS lutar dentro do CPC e da cidade por uma política ambiental contra as alterações climáticas, pela defesa do emprego com direitos na cidade, por uma cidade livre da extrema-direita e do compadrio.

COIMBRA

UNIDADE DE ESQUERDA

PELA DEMOCRACIA



Movimento Alternativa Socialista



APOIA,
INTEGRA
E VOTA

Cidadãos por Coimbra



Inês van Velze
Candidata na lista Assembleia Municipal